

# Conferência lida no V Campus Euro-Americano de Cooperação Cultural<sup>1</sup>

José Almino de Alencar<sup>2</sup>

HÁ QUATRO DIAS TEVE INÍCIO AQUI EM ALMADA o V Campus Euro-Americano de Cooperação Cultural, uma vitória, sem dúvida, de todos os agentes culturais empenhados em aprofundar um processo de cooperação entre países afins com uma história e, sobretudo, desafios na área da gestão e da emancipação cultural muito semelhantes.

Amanhã, de volta aos respectivos países e locais de trabalho, já poderemos começar a verificar o que de fato resultou, o que de prático passará a nos beneficiar, que recomendações brotarão do cotejo entre tudo o que aqui experimentamos e a realidade que nos espera. O fato é que por mais visíveis ou sutis que venham a ser os processos e produtos concretos, interessa-nos ressaltar nosso desejo de aprender com as tentativas, ressaltar que o esforço de todos aqui presentes visa a fortalecer ações de cooperação entre os países participantes desta rica e necessária comunidade reunida neste evento, que já está em sua quinta edição. Interessa-nos reconhecer a complexidade dessa construção e reconhecer também nossa capacidade crítica e de autocrítica, indispensáveis para que continuemos avançando.

Quero, pois, parabenizar os organizadores e participantes do V Campus Euro-Americano de Cooperação Cultural e cumprimentá-los, em nome do Ministério da Cultura do Brasil, por sua capacidade de acreditar na concertação e no diálogo, por sua ênfase na cooperação multilateral que deve marcar todos os nossos esforços de

<sup>1</sup> Almada, Portugal, 12 de maio de 2007.

<sup>2</sup> Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa

desenvolvimento. É nossa convicção comum de que é impossível avançar sozinho, de que não há recanto no mundo, por mais belo e pujante que seja, como pujante é o Brasil, que possa nos fazer dispensar o gesto fraterno e maduro de estabelecermos vínculos cada mais duradouros e reciprocamente enriquecedores. Entre as pessoas, a fraternidade e a solidariedade; entre as nações e organizações, o multilateralismo nas decisões e ações.

A destacar, dentre os vários pontos comuns que nos unem e aproximam muitos de nossos desafios na área da gestão cultural e na construção de uma cidadania mais plena, a questão da diversidade cultural.

A moderna idéia de cultura está, já em seu surgimento, intrinsecamente associada à idéia de diversidade. Produto do romantismo alemão, ela passou a reunir na mesma noção, desde o início do século XIX, a tradição humanista de cultivo das realizações superiores do espírito nas artes e nas ciências e a nova valorização, de raiz iluminista, da diversidade de costumes e de crenças dos povos como via para o conhecimento do humano. O que tornava possível essa aproximação era o fato de ambas as componentes caracterizarem-se pela afirmação de valores e atribuição de sentido ao mundo. Integrados numa totalidade, costumes coletivos e obras individuais ganhavam um pressuposto de coerência e influência recíproca, enfatizado por sua descrição através da analogia com o organismo humano. Essa mesma analogia facilitava a apresentação dos povos como indivíduos coletivos, e a afirmação das identidades nacionais como um processo correspondente à maturação e ao aperfeiçoamento das capacidades singulares de cada indivíduo.

Compartilhamento de valores e significados e singularização diante de outros conjuntos da mesma natureza são assim o verso e o reverso, as duas dimensões inseparáveis da idéia de cultura.

No caso brasileiro, até pouco tempo, a ênfase dada pela elaboração intelectual foi a da busca de uma síntese da nossa nacionalidade, que assumia obrigatoriamente uma dimensão étnica, como na obra de Gilberto Freyre, em que se apontava para a

possibilidade de uma civilização nascida da hibridação entre os três grupos – o europeu, o indígena e o africano – que estão na origem da formação do País; síntese que nos identificasse e nos redimisse e de forte conotação narcísica: afinal, como ironiza Hermano Viana, *mesmo o nosso internacionalismo acaba se transformando em antropofagia*.

Essa obsessão pela unidade – por definição simplificadora –, embora possa ser eventualmente desconstruída à luz da análise, continua a ter imenso valor expressivo e vida tenaz dos grandes símbolos; vida real, portanto. Não seria por acaso que Gilberto Gil, fundador do tropicalismo, um dos pontos mais altos e complexos nesta nossa saga intelectual, insistiria em dizer: *eu não tenho medo de não ser brasileiro*.

As razões que levam uma matéria sentida ou pensada a se tornar fator de identificação, de congregação e de motivação para agir são assunto complicado. No entanto, poder-se-ia afirmar, sem risco, que identidade implica, obviamente, alteridade, na diversidade. É na interação com o outro que a identidade se constitui e as marcas advindas desse contato determinam o seu formato e o seu escopo. Alguém disse: *quem não se espalha não se espelha*.

Saliente-se que as manifestações culturais não existem num isolado, mas estão imersas no embate por poder e direitos e na produção e troca de bens. São fatores que assinalam os limites dentro dos quais o homem concreto evolve e se realiza.

Durante um longo período a nação política constituiu o foco de identificação social, e certamente o Brasil não é uma exceção a esse respeito. Há algum tempo, no entanto, nós assistimos a um sem-número de outros fatores – uns recentes, outros antigos, reativados ou redefinidos –, que emergem em competição pela identificação dos indivíduos: são as identidades étnicas, de gênero, religiosas, sexuais, de idade, etc. Na maioria dos casos, eles foram redefinidos em um processo internacional, no qual as idéias e os valores circulam em escala nunca vista. Formam-se redes de contato, de solidariedade, intercâmbios de paradigmas. Os novos desenvolvimentos de movimentos

feministas, dos negros, dos homossexuais, dos povos indígenas não podem ser vistos senão nessa perspectiva.

Irmãs siamesas, identidade e diversidade parecem apontar em direções opostas. O desenvolvimento dos direitos civis e políticos é normalmente concebido como um processo de inclusão e igualização progressivas, contrárias aos particularismos. Por sua vez, a multiplicação de identidades culturais reivindicadas por uma variedade de grupamentos denuncia um sistema político e jurídico infenso a diferenças de cor, de gênero, etc.

Cabe também lembrar que a gênese da idéia de identidade nacional ocorre num contexto de conflito, com o significado político de oposição ao império napoleônico, apoiado, por sua vez, no universalismo revolucionário da doutrina dos direitos do homem. O potencial agressivo da noção de cultura nacional não tardou a manifestar-se nas lutas posteriores à unificação alemã e nas duas guerras mundiais.

Concomitantemente, os organismos internacionais comprometidos com esforços de paz, como a Liga das Nações e a ONU, através da Unesco, desde cedo empenharam-se em promover o potencial de tolerância e diálogo presente naquela mesma idéia.

Hoje, depois de intensos esforços da sociedade civil internacional e de governos, a **Convenção da Unesco para a Proteção e a Promoção da Diversidade Cultural** de 2005 transformou-se numa realidade com a qual temos de lidar em nosso cotidiano de gestores e produtores culturais. Trata-se também de um marco político e jurídico, um avanço significativo quando comparado à **Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural**, de 2 de novembro de 2001, documento que segue a mesma linha da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** de 1948, que já apontava os “direitos culturais” como um dos direitos essenciais da humanidade.

A recém-aprovada Convenção afirma claramente que bens culturais são bens únicos, singulares e diferenciados, que carregam alta carga simbólica, imaterial, e são o rico patrimônio acumulado de populações, resultado de fluxos, fruto de aprendizados e

acúmulos que se realizaram ao longo de gerações. A cultura é apreendida aqui de maneira ampla, em seu sentido antropológico e em seu sentido estético, pressupondo uma visão realmente abrangente da vida cultural do planeta. A Convenção ressalta também que a diversidade cultural global é um patrimônio da humanidade, e que a diversidade interna de cada país, que forma cada nação e cada região do mundo, são igualmente diferenças, para as quais é preciso criar mecanismos que proporcionem a visibilidade e circulação social.

Alguns desses mecanismos de proteção e de promoção da diversidade cultural vêm sendo implementados pelo governo brasileiro. Por exemplo, o Brasil garante em sua Constituição de 1988 direitos diferenciados para as minorias indígenas. Bem antes das recomendações da Unesco já haviam sido adotadas numerosas medidas de proteção e de promoção citadas no texto, tais como instrumentos de fomento, investimento e financiamento, além de iniciativas e ações visando a encorajar os organismos culturais sem fins lucrativos, os artistas e outros profissionais da cultura, as populações indígenas e outras minorias étnicas ou de grupos historicamente marginalizados.

Na qualidade de países componentes de uma instituição internacional como a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, o que nos distingue uns dos outros, as nossas identidades culturais singularizantes, deverão ser fatores de aproximação e não de exclusão; de reconhecimento recíproco e de celebração cooperativa. As nossas ricas diferenças constituem matéria privilegiada de incentivo à criação. Nenhuma identidade nacional ou comunitária é estanque, produto acabado, uniformidade pura. Muito pelo contrário, ela é um processo vivo que se comunica, absorve, transforma e também se modifica. Identidade e diversidade cultural passam assim a serem faces de uma mesma moeda, conceitos imprescindíveis no mundo globalizado de hoje para dinamizar e valorizar construções simbólicas específicas e não hegemônicas. Desse modo, podemos superar a imposição de estruturas culturais impostas pelo capital internacional, a favor de uma vida mais democrática, múltipla e na qual prevaleça o respeito pelas diferenças entre os povos.

A diversidade que tanto prezamos, por cuja regulamentação tanto lutamos – cada qual em seu país com suas especificidades e contradições próprias – pressupõe sempre a interculturalidade, o diálogo intercultural, o intercâmbio e a troca de idéias, de experiências e de tecnologias. Por isso, intercâmbio e cooperação passaram a ser palavras-chave em política cultural internacional do Brasil e também em nossa política interna.

Três anos atrás, em um encontro internacional em Barcelona, o Ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, já dizia:

Como artista e cidadão do mundo, vejo na cultura o espaço para o encontro de países, credos, etnias, sexualidades e valores, na cacofonia de suas diferenças, no antagonismo de suas incompatibilidades, na generosidade de um lugar comum, algo que nunca existiu, mas sempre foi sonhado por aqueles que deixam seu olhar se perder no horizonte. O lugar comum é uma encruzilhada, local privilegiado nas religiões afro-brasileiras para o contato entre os deuses e os humanos. O importante é que seja uma verdadeira encruzilhada. [...] O importante é haver um verdadeiro diálogo, uma verdadeira abertura. Para produtos, sim, mas também para pessoas e para idéias. Todas as pessoas e todas as idéias.

Cooperar e intercambiar são sem dúvida traços marcantes da cultura brasileira, e embasam a nossa tendência para incorporar coisas novas, sem nunca perdermos as nossas próprias características. Nesse sentido, em nosso persistente processo de construção de políticas públicas para a cultura, hoje entendemos que a cooperação e a troca de experiências com outros países são fundamentais para o aperfeiçoamento de nossas diretrizes, políticas e programas. Tanto nos foros multilaterais dos quais participamos, como em nossas relações bilaterais com os mais diversos países, temos notado um desejo, e mesmo necessidade, de conhecermos outras experiências bem-sucedidas e identificar desafios e entraves na sua implementação. Estamos conscientes da importância da construção interna de políticas que preconizem os princípios e valores acordados por nossos países nos mais diversos foros. Temos de colocar em prática esses princípios, e para isso a cooperação tem se mostrado um meio bastante eficaz.

Este Fórum foi, e deve continuar a sê-lo, um lugar de intercâmbio e, portanto, de criatividade, de invenção. Celso Furtado, o grande economista e ex-ministro da Cultura do Brasil, dizia que desenvolvimento requer invenção e se constitui em ação cultural. Todas as inovações são elementos culturais. Todo o conhecimento, que é a chave da economia contemporânea, é cultural.

A integração da cultura no processo produtivo resulta em inovação e diferenciação sistemáticas dos bens e serviços gerados, que assim se revestem de sentidos e características especiais, mesmo diante de similares. Quanto mais a produção e a comercialização de bens e serviços estiverem imbuídas da cultura local, maior será o seu valor, a sua abrangência e o seu impacto transformador, e maior a sua vantagem comparativa.

O mundo em que vivemos hoje tem fronteiras móveis, e seus contornos são dados num plano cada vez mais virtual, no qual os conflitos de poder se firmam em torno das disputas pela circulação de “conteúdos culturais” em redes e sistemas de comunicação.

Essa “economia das culturas” foi revigorada com a tecnologia digital e hoje está cada vez mais no centro da expansão econômica das nações pelos mercados mundiais. Esse centro nervoso é um centro de produtos imateriais e de serviços que são capazes de capturar desejos de consumo diversificados em partes distantes e dispersas pela superfície do planeta. Esses produtos puxam consigo uma rede de serviços com alta potência de agregação de valor. As disputas de conteúdos são também disputas semânticas que se travam através das palavras, das imagens, das formas estilísticas e dos processos de subjetivação. São disputas pelas taxonomias de acesso e de operacionalização dos sistemas, em sua dimensão *software*.

É claro que há hegemonias crônicas nesse setor, mas é também cada vez mais evidente a presença de países em desenvolvimento que se lançam corajosamente na construção de condições favoráveis ao crescimento de suas indústrias criativas. Indústrias, aliás, com alto poder de geração de emprego e de renda. E indústrias geralmente limpas.

Precisamos criar novos conceitos que nos permitam ver com discernimento crítico e enorme responsabilidade esse sistema econômico e simbólico que está se instalando no meio de nós. Precisamos nos preparar para regular o sistema de trocas que vem junto com esses novos equipamentos de convergência tecnológica e cultural, mantendo nossa rica diversidade semântica ao alcance de todos e com iguais condições na disputa econômica pelo mercado interno e pelo mercado mundial. Temos de enfrentar isso com nossa inteligência, com a nossa cultura e com o nosso pensamento.

Precisamos dispor de novas noções que atualizem nossas perspectivas e permitam elucidar a situação atual com vistas a um projeto de desenvolvimento que torne a fazer justiça às potencialidades sincréticas de nossa cultura e que gere uma sustentabilidade econômica e simbólica para nossa população.

Nesse contexto, torna-se inevitável sublinhar que as alianças entre países pobres e em desenvolvimento constituem um aspecto importantíssimo nas estratégias para o incremento das indústrias criativas.

O momento é extremamente favorável para as alianças, as co-produções, os programas de cooperação, entre a América Latina, a África, o Caribe, a Ásia, a Oceania, o Oriente Médio e outras regiões e sub-regiões em desenvolvimento. Podemos compartilhar experiências, mercados, energia, criatividade e equilíbrio entre os homens, e entre os homens e o planeta.

O principal motor das alianças, e também o limite na negociação de contrapartidas, é o da proteção e da promoção da diversidade cultural, através da qual o diferencial dos povos se manifesta, diferencial vital para o desenvolvimento.

Para o Ministério da Cultura do Brasil cultura e desenvolvimento são conceitos e processos necessariamente interligados e compartilhados. Não podemos conceber desenvolvimento que não seja cultural. E não devemos conceber desenvolvimento que não seja compartilhado. Compartilhado pelos hemisférios Norte e Sul, por incluídos e excluídos, por centros e periferias. Até que um dia, quem sabe, essas palavras percam o seu sentido sociológico atual. Compartilhado, também, como responsabilidade por

governos, sociedades e indivíduos e, sobretudo, por instituições formadas por países diversos e com muitas questões comuns a serem solucionadas preferencialmente em conjunto.

O Ministério da Cultura, ao fundamentar as suas políticas públicas, apóia-se em três eixos interdependentes que devem servir de base a esta nova dimensão do desenvolvimento: a cultura como dimensão antropológica e simbólica, relacionada ao imaginário, às expressões artísticas e às práticas culturais; a cultura como um direito de cidadania, direito assegurado nas declarações universais e como condição indispensável para o desenvolvimento; e a cultura como integrante e fundamental do processo econômico, propulsora do crescimento econômico, e geradora de emprego e de renda.

A riqueza de nossas expressões artísticas e manifestações culturais incita o intercâmbio, e talvez seja deste ponto de vista – o simbólico – que se consiga melhor visualizar o diálogo intercultural preconizado neste nosso encontro. Ao reconhecermos cada vez mais nossas afinidades com outras partes do mundo, ao respeitarmos cada vez mais nossas diferenças e ao valorizarmos cada vez mais o sentido e as possibilidades de nossa diversidade cultural, é preciso intensificar as trocas e incentivar o conhecimento mútuo de nossas culturas. Não podemos nos limitar a uma visão estereotipada e restrita do que é a cultura do outro, como também temos o direito de resistir ao poder dos agentes hegemônicos das indústrias culturais. É nesse sentido que o Brasil tem valorizado a realização de iniciativas culturais conjuntas com seus países vizinhos e com os de outros continentes, fazendo ecoar a diversidade cultural brasileira e buscando os meios de acesso à cultura dos países com os quais tem afinidade. Isso pode ser representado desde o incentivo ao intercâmbio artístico tradicional, com a ida e vinda de artistas, até mecanismos mais sofisticados e inovadores como o programa DocTV Ibero-América, que permite aos países ibero-americanos produzir e ter acesso a documentários realizados por seus pares, por meio de um fundo comum.

O Ministério da Cultura do Brasil prioriza o fortalecimento de acordos bilaterais e multilaterais, políticas e fundos que estimulem a produção e as trocas culturais, de modo equilibrado, entre os nossos países e os demais países do planeta, visando a um intercâmbio enriquecedor de bens e serviços culturais. É preciso implementar políticas que tratem de maneira desigual os desiguais, conferindo às ações culturais um sentido sempre afirmativo, objetivando trocar as “discriminações negativas pelas positivas”, no dizer do Ministro Gilberto Gil. Desse modo, nossa participação será decisiva para a construção de relações mais democráticas e mais justas entre cidadãos e entre os diferentes países.

É necessário compreender melhor as potencialidades da cultura como parte do processo econômico, e o Brasil tem aprofundado seus estudos sobre a economia da cultura. Para isso, iniciamos um processo de consolidação dos dados, de construção de um sistema de informações e indicadores culturais, de estruturação de uma conta satélite de cultura, envolvendo os nossos vizinhos do Mercosul, cuja cooperação vale ressaltar por ter sido fundamental para a discussão de métodos e troca de experiências. Surgem novos questionamentos e desafios. Como induzir a contribuição da cultura à economia a partir das estatísticas atualmente disponíveis? Como lidar com a economia informal das feiras e festas populares, tão importantes no país? Como registrar estatisticamente a economia virtual, que ganha cada vez mais amplitude com a internet? Quando conseguiremos perceber as movimentações decorrentes dos modelos negociais e de direitos autorais das obras culturais?

O grande desafio é compreender como a cultura pode colaborar no crescimento econômico e num novo padrão de desenvolvimento. E isso não é uma questão restrita ao Brasil, mas algo que nos impulsiona a uma reflexão conjunta e ao compartilhamento de experiências.

Chegamos ao final do **V CAMPUS EURO-AMERICANO DE COOPERAÇÃO CULTURAL**. Lá se vão sete anos, quando do primeiro encontro em Barcelona, em

2000. Desde então, houve reuniões em Cartagena das Índias (na Colômbia), em Sevilha (na Espanha) e em Salvador (no Brasil).

Este ambiente de relação direta entre interlocutores de diversos países, onde se exibem resultados concretos de ações já realizadas, onde se expõem idéias e conceitos sobre um grande número de temas, acabou por, mais uma vez, demonstrar a necessidade sempre crescente do desenvolvimento de redes e de conexões permanentes entre nós – gestores, produtores e criadores culturais da nossa região; conexões cada vez mais continuadas e profundas que nos permitam amplificar o que aqui se trocou, os conhecimentos, as experiências, as percepções institucionais e individuais, enfim, as alegrias, angústias e dificuldades de quem lida no dia-a-dia, à sua maneira, com toda essa rica atividade que nos envolve a todos. Para que todo esse conhecimento produzido não fique estanque e venha a frutificar da maneira que desejamos e a gerar efeitos permanentes em nossos países, acredito que o aprofundamento das redes de contato e de trabalho aqui estabelecidas seja fundamental e absolutamente necessário. Assim, a cada novo passo, a cada novo Campus, poderemos, no futuro, constatar o amadurecimento das idéias e das propostas aqui germinadas.

Nesse sentido, quero mencionar a importância do trabalho que está sendo desenvolvido pela rede IBERFORMAT, ao agregar em rede os centros de formação em gestão cultural da qual participam tanto os centros de docência universitária como os centros de formação não regular, mas especializados neste campo de ação. Iniciativas como essa concretizam e possibilitam a efetiva consolidação de um ambiente supranacional de intercâmbio, cooperação e solidariedade entre os atores envolvidos, e nos fazem perceber possibilidades continuadas de futuros trabalhos conjuntos.

Também não poderia deixar de mencionar a proposta de constituição de uma rede ibero-americana de museus, anunciada aqui no dia 8 pelo meu colega de direção no Ministério da Cultura, José do Nascimento Júnior, ocasião em que ele também anunciou o I Encontro Ibero-Americano de Museus, a ser realizado entre 26 e 28 de junho de 2007, em Salvador.

Por fim, permitam-me também aqui lembrar um dos programas do Ministério da Cultura do Brasil de maior alcance sociocultural, que valoriza as atividades de agentes culturais nos mais diversos segmentos da produção e das manifestações culturais – o **Programa Cultura Viva**. Por intermédio de seus **Pontos de Cultura**, o programa proporciona um suporte básico às microorganizações culturais nos mais distantes pontos do país e visa à criação de uma rede colaborativa de empreendedores culturais a partir da cooperação, do diálogo e das trocas de experiências e conteúdos que dinamizem e fortaleçam as atividades desenvolvidas em cada uma dessas comunidades. São mais de 500 Pontos de Cultura espalhados pelo país. Outros 4.000 já foram habilitados e aguardam a necessária ampliação orçamentária do programa para serem contemplados. O Cultura Viva é hoje a maior ação do Ministério da Cultura para concretizar a sua proposta maior de dar acesso à fruição e à produção de bens e serviços culturais a uma camada da população ainda pouco considerada nas políticas governamentais até então.

Como é de praxe e natural nestes eventos, celebra-se o que foi obtido, os resultados acumulados e as metas atingidas e constata-se o muito que se tem ainda por fazer. No limiar deste século, muitos se apresentam com a esperança diminuída, amesquinhada, diante das forças maiores e uniformizantes que nos ameaçam. Tenho por mim, que vivemos um momento único na nossa história. Somos, como obviamente não poderíamos deixar de ser, um produto de nosso passado, mas já não somos prisioneiros de futuros ilusórios. Podemos não somente construir o futuro, mas inventá-lo. Se conseguirmos, além de defender e valorizar a pluralidade, exercê-la efetivamente, conseguiremos moldar – e aqui cito Gilberto Gil, mais uma vez – a globalização da cultura, e não apenas a globalização da economia.